



<https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1421>



Combates pela história, disputas de memórias: o caso do golpe de 1964 e a ditadura

Lineker Noberto*

ORCID iD 0000-0001-8344-9484

Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina, Brasil

Resumo: A intenção deste artigo é demonstrar como os combates pela história são sempre disputas de memórias. Para tanto, avalio um caso em particular. Questionando as memórias apaziguadoras que sustentam a imagem da sociedade vítima resistente à ditadura, Daniel Aarão Reis Filho reforça, mesmo sem admitir, outras memórias coletivas vinculadas à luta política e presentes no debate historiográfico. A saber, aquelas que insistem que a sociedade não resistiu, pelo contrário, foi cúmplice, responsável, cada um ao seu modo, pela ditadura. Incluindo as esquerdas, que ao invés de democratas resistentes, eram autoritárias radicais.

Palavras-chave: Golpe. Ditadura. História. Memória.

Fights for history, disputes over memories: The case of the 1964 coup and the dictatorship

Abstract: The intention of this article is to demonstrate how battles over history are always disputes over memories. To this end, I evaluate a particular case. Questioning the appeasing memories that sustain the image of a victim society resistant to dictatorship, Daniel Aarão Reis Filho reinforces, even without admitting, other collective memories linked to the political struggle and present in the historiographic debate. Namely, those who insist that society did not resist, on the contrary, was complicit, responsible, each in their own way, for the dictatorship. Including the left, who instead of being resistant democrats, were radical authoritarians.

Keywords: Coup. Dictatorship. History. Memory.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro-pesquisador do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais da Universidade Estadual de Feira de Santana (Labelu-UEFS). E-mail: lineker.noberto@yahoo.com.br.

História e memória: uma relação de desencontros

O cenário cotidiano não nos permite duvidar de que a memória, se valendo das várias formas de transmissão disponíveis atualmente, possui um papel de destaque na sociedade contemporânea. Apesar de ter recebido uma tardia atenção dos historiadores, a emergência da memória já se tornou objeto de inúmeras análises (Traverso, 2012). Como lidar tranquilamente com experiências socialmente traumáticas como revoluções, guerras, ditaduras ou ocupações do território nacional por forças estrangeiras? Como se pode silenciar diante dos genocídios e morticínios em massa hodiernamente praticados? A urgência de tomar esses fenômenos como objetos de estudo invadiu a oficina dos historiadores, obrigando esses laboriosos artesões a assumirem mais esse risco da profissão. Pois, como é possível esperar que todo esse presente se torne “história”, ou seja, passado, para que daí os historiadores possam nele intervir? Assim, o presente, ou passado ainda muito presente, tornou-se objeto da história dos historiadores.

Se a presença de acontecimentos relativamente próximos do ponto de vista temporal, que deixaram sequelas e marcas duradouras, vem atraindo a atenção de inúmeros historiadores nas últimas décadas, nem sempre foi assim. Inicialmente desconfortáveis em assumir como objetos de estudo fenômenos históricos recentes, estes profissionais do passado deixaram o presente sob a responsabilidade analítica dos sociólogos e politólogos. No Brasil, foi o caso do golpe de Estado de 1964 e a ditadura que adveio dele. Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre o período emergiram do âmbito da ciência social e política, com os historiadores assumindo a frente de tais programas de estudos apenas nos anos 1990, quando a estrutura político-institucional da ditadura já era uma carcaça abandonada no lixo da história. Devido ao longo processo de transição pactuada, a ditadura era, porém, um passado ainda bem presente, e por isso, sobre seu campo de compreensão sempre atuaram publicamente os vários influxos de memórias.

Dessa obsessão memorial contemporânea emerge uma figura nova, a testemunha. Seja o sobrevivente dos campos de concentração nazista ou do terrorismo de Estado das ditaduras latino-americanas, instado a falar, estes personagens ganharam uma considerável audiência. A atenção que é reservada à testemunha não deixou de provocar um abalo no impacto social do trabalho historiográfico. Como aponta Traverso (2012, p. 16), se por um lado, o historiador, diante da inegável contribuição das testemunhas para a reconstrução de certas experiências históricas, “teve que se render à evidência das limitações dos seus procedimentos tradicionais e das suas fontes”, já que a “testemunha pode oferecer-lhe elementos de conhecimento factual inacessíveis através de outras fontes”; por outro, eu complementarista, encontrou nas expressões memorialísticas do testemunho um concorrente na expressão da verdade histórica. Na época da história pública, os historiadores ganharam novos concorrentes no desvendamento dos sentidos do passado. O dever cívico de transmitir a experiência vivida de uma situação histórica

limite para que de seu conhecimento se evite a recorrência do erro tornou essas testemunhas de vítimas do passado em ícones vivos do presente. Para que essa história nunca mais se repita se faz necessário ouvir as testemunhas. Para que a verdade sobre o passado seja revelada, que as testemunhas apresentem os seus relatos memorialísticos sobre o que ele foi. Compreendidas como elos com o passado, as testemunhas ganharam notoriedade. Tal ampliação de sua relevância social e histórica conduziu a uma nova apropriação do saber historiográfico, e assim, os historiadores também foram transformados em testemunhas do passado, não de um passado diretamente vivido ou indiretamente herdado por eles, mas do passado compartilhado por meio do estudo inerente a sua profissão. Entramos no que Annette Wieviorka chamou de “era da testemunha” (*apud* Traverso, 2012, p. 17).

Temerosos de que a história se tornasse “cativa da memória”, os historiadores, ciosos de seu ofício, como de costume, reagiram imediatamente. Identificando a memória como uma visitante indesejada, e resistindo a aceitar a equiparação da história profissional com as memórias coletivas, logo elaboraram os manifestos que demarcavam as distinções entre ambas, saindo em luta pela manutenção do reconhecimento social adquirido pela disciplina no último século. Enquanto ciência, a História era apresentada como um instrumento para libertar a sociedade da ditadura da memória e do testemunho. Para tanto, os historiadores identificaram história e memória como pares antinômicos. Como defendeu Pierre Nora, longe de serem sinônimos, tudo os opunha.

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a conforta: ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. (Nora, 1993, p. 9).

A memória, como um fenômeno construído coletivamente, é seletiva. “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Imersa no presente, está sempre submetida a flutuações – “que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” –, transformações e mudanças constantes, pois são as “preocupações do momento [que] constituem um elemento de estruturação da memória” (Pollak, 1992, p. 4). Produzida por reconstruções a partir dos interesses imediatos do indivíduo ou

grupo que relembra, e organizada “em função das preocupações pessoais e políticas do momento”, a memória está sempre sujeita aos usos e abusos políticos, a enquadramentos, silêncios e amnésias. Por tudo isso, para Le Goff, apesar de constituir “o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”, a memória é “mítica, deformada, anacrônica”. Neste sentido, é desejável que os “historiadores de ofício, [...] [corrijam] esta história tradicional falseada [expressa pela memória coletiva]. A história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros” (Le Goff, 1990, p. 29).

Reconhecendo o valor dos testemunhos como fonte e da memória como “matéria-prima” para o trabalho do historiador, esta foi incorporada à história como uma de suas “províncias”, um território do campo de análise desse especialista do passado. Assumindo que a “história [podia] ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não [podia] aboli-lo” (Ricoeur, 2007, p. 505), os historiadores aceitaram conviver com ela, mas subordinando-a a seu campo. Sendo a memória uma construção histórica, caberia ao historiador não a ignorar, mas compreendê-la, ou seja, compreender os mecanismos de poder que a produziam e reproduziam dentro de contextos temporais e sociais específicos. Subordinada à história, a memória deveria ser disciplinada, controlada, analisada, criticada e corrigida.

Nestes termos, somente a história dos historiadores pode ser identificada como capaz de produzir a verdade histórica. Seus procedimentos metodológicos e reserva teórica são as ferramentas necessárias para dissecar os depoimentos (orais e escritos) e extrair de um conjunto muito variado de fontes a verdade sobre os fatos. Precaver-se dos usos e abusos da memória é o papel ético do historiador. Corrigi-la, e libertar a sociedade delas, é a sua função.

No que pese a aceitação dessa relação por um contingente nada desprezível de historiadores, alguns, mais críticos a esse nível de apropriação do debate, já postularam a superação dessa costumeira oposição entre história e memória. Rousso, questionando a “ilusão nefasta que consiste em acreditar que os historiadores são os depositários da verdade histórica” (Rousso, 2006, p. 98), lembra dos limites, a muito reconhecidos, da história erudita.

Os que defendem uma oposição estrita entre história e memória tendem a sustentar que enquanto as memórias coletivas são múltiplas, a história é única. Sobre o golpe de Estado de 1964 e a ditadura existem as “memórias dos militares”, “das esquerdas” (reformistas e revolucionárias), “da imprensa”, “das mulheres”, e até memórias de grupos subalternizados menos divulgadas socialmente e visitadas pelos próprios historiadores, como a “memória dos indígenas” impactados diretamente pelo estado de exceção da época. Já a história do golpe e da ditadura é única e encontra-se nos livros e artigos dos historiadores profissionais, legítimos especialistas do passado. Isto torna-se difícil de sustentar não apenas devido ao pluralismo historiográfico propugnado pelo pós-modernismo, mas, principalmente, pela realidade concreta do campo historiográfico. Qualquer iniciado sabe que existem múltiplas teses, contraditórias entre si, convivendo

em conflito nas várias subáreas do conhecimento histórico. E no que pese as divergências teórico-metodológicas, e políticas, não se pode negar que em busca de legitimar-se perante seus pares, todas essas teses historiográficas (representações do passado) se constituem respeitando os limites de ordenamento do campo e os elementos basilares da disciplina. A corriqueira expressão senso comum de que para conhecer o passado deve-se ler os livros de História (produzidos pelos historiadores) quase nunca considera apontar quais livros produzidos pelo campo historiográfico exatamente se deve ler, e, portanto, em quais teses reside a verdade histórica.

Outra distinção difícil de sustentar em um debate minimamente apurado sobre o ofício é aquela que supõe ser a memória uma operação que ocorre por dentro dos grupos sociais da qual emerge, enquanto a História tende a examinar esses grupos de fora. Enquanto a primeira é produzida a partir de uma visão de dentro do grupo, e, portanto, limitada a esse lugar, a segunda seria capaz de unificar as múltiplas memórias e histórias particulares em uma história mais ampla. Essa imagem de um historiador assistindo a um cortejo do alto – como Deus, onipotente e onipresente –, obviamente não se sustenta. O agente do conhecimento também possui um lugar, está inserido no cortejo, de onde assume um ponto de vista. Mais do que isso, muitos desses especialistas do passado fazem hoje do seu trabalho uma reflexão explicitamente atrelada a grupos sociais e políticos. Não se pode negar as imensas contribuições que historiadores organicamente vinculados a movimentos trabalhistas, feministas, etc., deram à emergência de práticas historiográficas polifônicas que renovaram as bases analíticas da história erudita.

Superadas essas tentativas mais simplistas de sustentar uma oposição entre história e memória, podemos reconhecer as inegáveis similitudes das operações memorialísticas e do trabalho historiográfico. Apresentadas como características típicas da memória, como já observou Fernando Catroga (2001), muitas delas são identificáveis também na história erudita. Assim como a memória, a história também é seletiva. Os historiadores, sabemos a muito tempo, selecionam os seus objetos de estudo, documentos a serem analisados, e todas as ferramentas teórico-metodológica com que trabalham. Uma seleção que é, por sua vez, já condicionada pelas seleções operadas por outros praticantes do campo, que possui sua própria tradição e regras. Assim como a memória, a história tal qual produzida pelos historiadores também está condicionada pelo presente. Nasce das indagações e escolhas feitas no presente, e responde aos seus interesses. Admitindo ser impossível reconstruir o passado exatamente como ele foi, os historiadores, em sua maioria, já se livraram das pretensões à verdade total e definitiva, meta ilusoriamente defendida por matrizes históricas positivistas, assumindo, portanto, que seu conhecimento é apenas verossimilhante. Se os próprios fatos históricos, tão sacralizados pelos historiadores do século XIX, são eles próprios interpretações históricas prévias, a que se admitir que, em alguma medida, assim como a memória, a história dos historiadores produz apenas uma representação sobre o passado. E por

tudo isso, a história erudita também não deixa ter a sua dimensão instrumental. Não é preciso concordar com todas as implicações teóricas e políticas das reflexões de Hayden White sobre sua noção de “passado prático” para admitir, como faz Catroga, que “a história-ciência só será socialmente útil se radicar na história viva tecida pela tensão entre memória, esquecimento e expectativa” (Catroga, 2001, p. 40).

A historiografia só faz sentido se consegue se comunicar com os seus contemporâneos, orientando-os sobre o passado. Ou seja, se consegue conectar-se com a vida social. E como essa, além de possuir bases materiais concretas, se configura por meio de estruturas simbólicas que lhe constituem sentido, a história não pode deixar de se valer das memórias coletivas. O faz mesmo quando nega que o faz. As submete ao seu poder, mas nunca deixa de se relacionar com elas. Como sustenta Catroga (2001), a história engendra memória tanto quanto o contrário. Sendo responsável por construir um sentido sobre o passado compreensível ao presente, de certa forma, o trabalho do historiador se resume a exumar e tornar inteligível certas memórias aos contemporâneos. Mesmo que não se queira admitir, a história dos historiadores é, antes de tudo, produto e produtora de memórias.

Produto, porque o próprio agente do conhecimento é em si um ser de memória. Possui ele, em alguma medida, memórias próprias dos eventos que busca narrar, seja por ter vivido os acontecimentos pessoalmente, seja por tê-los herdado. Essa herança quase sempre se dá pela sensação de pertencimento a um grupo ou coletividade do qual a pessoa faz parte. É essa memória herdada que condiciona a própria escolha temática do historiador. Por que tomar como objeto um fenômeno histórico que não possui nenhum relevo na memória coletiva do grupo social da qual faz parte? Mesmo se fosse possível fazê-lo, o objeto não seria identificado como passível de estudo pelo próprio campo, formado por sujeitos, e como tal, também portadores de memórias. O próprio campo em si tem suas memórias, os interlocutores e as condições de diálogo e trocas acadêmicas são expressões de memórias coletivas. Por que se tornou tão relevante na historiografia da escravidão tratar da violência do sistema escravocrata ou das possibilidades de negociação que os escravizados produziram por meio de sua agência histórica se não for a presença de uma memória coletiva específica sobre o cativo? Ou que explica as grandes polêmicas historiográfica na Alemanha desde a Segunda Guerra Mundial em torno do Holocausto, e na França em torno do colaboracionismo, se não a memória coletiva da experiência nazista? Por que os historiadores continuam elegendo o golpe de 1964 como objeto de estudo para suas dissertações e teses se não for o peso da memória coletiva em torno da ditadura?

A história é também produtora de memórias não só por meio da produção de fontes que constituirão arquivos para pesquisa acadêmica, mas porque a própria representação sobre o passado elaborada pela historiografia opera, na prática, sobre as memórias. Não apenas por meio da depuração do que considera falsificações, mas ratificando aquelas memórias que avalia como aceitáveis, condizentes com a realidade

histórica presente nos outros testemunhos à disposição e com a própria perspectiva analítica assumida durante o processo de pesquisa. É obstaculizando certas memórias e admitindo outras que a historiografia se faz. Por isso todo conflito historiográfico não deixa de ser também um conflito entre memórias.

A memória também engendra e é, ao mesmo tempo, condicionada pela história dos historiadores, pois toda memória possui e expressa algum tipo de “consciência histórica”. A memória não só se utiliza da história e se apresenta constantemente como tal, buscando aí também sua legitimidade em uma sociedade que atribui certo reconhecimento ao trabalho profissional do historiador, como sua reelaboração e organização perpassa constantemente por estruturas cronológicas e discursivas criadas pela historiografia. Não é incomum encontrar depoimentos em que as testemunhas corroboram, consciente ou inconsciente, suas memórias com interpretações historiográficas consagradas.

Memória e história não existem como esferas isoladas da realidade social. Muito pelo contrário, enquanto as memórias se configuram através de uma reapropriação da história; as histórias, por sua vez, são reconhecidas quando reelaboram e organizam as memórias, depurando-as e as ressignificando. Neste sentido, pode-se concordar com Rousso (2006, p. 95) quando afirma que “a história dos historiadores é apenas uma das formas de expressão da memória coletiva, apenas um dos vetores pelos quais se transmite e se reconstrói o passado”.

Esse entrelaçamento entre história e memória fica nítido quando refletimos sobre as construções da identidade nacional. É possível constituir uma identidade nacional desprezando as memórias coletivas e o trabalho desses especialistas do passado? Como lembra Pollak (1992), o trabalho de “enquadramento da memória” é parcialmente realizado pelos historiadores. Os fenômenos de unificação nacional tal qual visto nos últimos séculos demonstram o papel, nada desprezível, desempenhado pela historiografia. Se a constituição de datas históricas, tão importante para a conformação de memórias coletivas, nascem, por exemplo, da luta política, desse processo não estão ausentes os historiadores. Por isso, os usos e abusos políticos sobre o passado estão longe de ser uma condição exclusiva da memória. A memória é sempre motivo de disputa política, essas disputas perpassam também, no entanto, o campo historiográfico, que se torna ele próprio mais um campo em que essa disputa é travada. A importante reflexão sobre memória, história e os usos políticos do passado é o objetivo deste artigo.

A preocupação dos historiadores na década de 1980 de que a história se tornasse “cativa da memória” já não faz tanto sentido entre aqueles que dispostos a deixarem de lado a desconfiança e reconhecer a sua profunda dependência para com a memória, aceitam que ela seja o solo onde a história se enraíza e apresenta todos os seus frutos. Uma memória a ser contemplada como um objeto inerte e passivo sujeito ao olhar crítico do historiador expõe uma separação estrita entre história e memória que deve ser superada. Certamente, as reconstruções do passado realizadas por historiadores profissionais

são distintas daquelas operadas por indivíduos ou grupos sociais que rememoram. Portanto, não se quer negar as diferenças entre história e memória, dissolvendo assim a especificidade disciplinar da primeira. A intenção deste artigo é demonstrar como os combates pela história são sempre disputas de memórias. Para tanto, avalio um caso em particular, a análise da produção acadêmica de um historiador profissional sobre o golpe de 1964 e a ditadura. Nela, percebe-se que o historiador que busca depurar a memória, extraindo da relação que estabelece entre ela e o conjunto do material empírico a sua disposição, a verdade histórica que essa memória coletiva, consciente ou inconscientemente, deturpa, na verdade, reforça, mesmo sem admitir, outras memórias coletivas vinculadas à luta política e presentes no debate historiográfico.

Memórias e histórias sobre o golpe e a ditadura

A constituição de uma memória apaziguadora é uma estratégia muito comum para superar eventos traumáticos. Como a perpetuação da lembrança sobre certos atos tende a conservar as motivações que estimulam a continuidade dos conflitos, o esquecimento, dimensão inerente da reelaboração de qualquer memória, cumpre um importante papel nesse processo, aplacando o ímpeto dos sentimentos feridos e ampliando os espaços de entendimento para realização de novos pactos sociais.

Se a reconfiguração dos instrumentos político-institucionais de uma sociedade se dá por meio de uma mudança na correlação de forças, essas mudanças são necessariamente operadas também nos espaços de memória. Não se pode superar um antigo regime conservando as memórias coletivas estruturadas por ele. As forças político-sociais vitoriosas só poderão moldar o presente e o futuro a sua imagem e semelhança se reconfigurarem o passado, adaptando-o a seus interesses gerais. Dessa reconfiguração depende, inclusive, a manutenção do poder político conquistado. Por isso, as memórias são retrabalhadas e ressignificadas, acomodando-se as novas condições impostas pela aliança social que instituirá o novo regime. Como os alemães poderiam reconstruir o país após 1945 perpetuando os conflitos ensejados pelo regime nazista derrotado na Segunda Guerra? Como uma França formada por resistentes e colaboracionistas no período de Vichy poderia manter a unidade e paz social interna necessária ao futuro da Quarta República? Por isso, o fim de regimes autoritários tende a promover um rearranjo, não apenas político-institucional, mas memorialístico e historiográfico. E, apesar de suas peculiaridades, com a ditadura militar brasileira não foi diferente.

O reflorescimento do movimento popular diante dos primeiros sinais de crise econômica inaugurou uma nova fase de enfrentamento à ditadura. Buscando sua reinserção política, as esquerdas revolucionárias derrotadas na década de 1970 esforçaram-se para se integrarem a ampla mobilização social que começou a tomar

forma. O impasse na resolução dos problemas mais imediatos expôs as fissuras no bloco histórico que sustentava o regime militar, e o prolongamento da crise anunciava o seu fim próximo. Com o desenrolar dessa nova conjuntura, os liberais e conservadores começaram a engrossar a fila das forças oposicionistas mais moderadas, e assim, o regime viu sua base social desidratar.

A construção de uma necessária unidade política entre as forças oposicionistas contra a ditadura teve seus custos. Os civis liberais e conservadores descontentes aceitaram apoiar a ampliação dos espaços de atuação política aos atores comunistas ou aqueles considerados radicais, e estes, para acomodarem-se dentro da ampla aliança oposicionista, abdicaram das estratégias revolucionárias que preconizavam uma revolução socialista imediata. O pacto pela redemocratização exigiu mais do que ajustes táticos, cobrou de muitas dessas forças reelaborações memorialísticas que justificassem as novas propostas de atuação política. Os liberais e conservadores, que até então sustentavam e eram alimentados pelo regime, e as chamadas “esquerdas revolucionárias”, que empunharam suas armas contra ele, realizaram um tipo de autocritica para celebrar a retomada de suas pautas democráticas, apresentando-se, ambas, como reféns das circunstâncias históricas e vítimas da ditadura.

A unidade oposicionista, no entanto, encontrou os seus limites, e assim, negociou também com seus adversários as condições para a sua atuação. Apesar do desgaste político, e a expectativa do naufrágio, os militares se mantiveram com o leme na mão até se assegurarem de que a maioria dos seus interesses teriam botes salvavidas. O seu projeto de abertura “lenta, gradual e restrita” se impôs, e a ditadura saiu de cena nas condições e em tempo suficiente para garantir termos de rendição mais favoráveis. A legislação autoritária que institucionalizou seu poder discricionário foi sendo substituída aos poucos por dispositivos e regimentos, não necessariamente democráticos, mas suficientemente abertos à incorporação das forças de oposição que, por sua vez, aceitaram condicionar suas ações aos limites definidos pelo regime em declínio. Recusando-se a assumir apenas uma estratégia do confronto, vide os riscos envolvidos, os defensores da redemocratização aceitaram a tutela militar sobre o processo de transição. E assim, a transição pactuada que conduziu o processo de redemocratização costurou um tipo de memória conciliadora, não exatamente com os militares, adversários derrotados, mas entre os grupos sociais que se uniram para garantir essa vitória, nos termos em que ela se realizou.

Ditaduras em geral, do início ao fim, tendem a promover traumas sociais. Portanto, quando elas se desfazem quase ninguém quer assumir o débito que resta a pagar. Todos os grupos sociais, mesmo os mais coniventes, tendem a apresentar-se como vítimas. Os resistentes se autoproclamam vitoriosos, mesmo que boa parte de seus reais intentos tenham fracasso diante do longo conflito, e os adesistas se afirmam resistentes. Esse processo histórico foi percebido e analisado criticamente por Daniel Aarão Reis Filho. O historiador não se furtou de sua função profissional e interrogou

certas memórias coletivas de ampla repercussão social.

Atestando que praticamente mais ninguém no Brasil se identificava com a ditadura militar, que restavam poucos que ainda se dispunham “a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação”, mesmo entre aqueles que “se projetaram à sua sombra, e que [deviam] a ela a [sua] Sorte, [...] poder e [...] riqueza”, o historiador identifica, e questiona, as versões memoriais apaziguadoras que a sociedade brasileira formou sobre a ditadura após derrotá-la (Reis Filho, 2000, p. 7). Buscando cultivar os valores democráticos que refundariam o Estado de direito, a sociedade se reapresentou a partir da década de 1970 como vítima da ditadura liberticida. Segundo essa versão, os valores democráticos nunca haviam sido revogados da consciência nacional, pois o regime ditatorial havia sido imposto pelos militares contra a vontade da sociedade. “O país fora, pura e simplesmente, subjugado e reprimido por um regime ditatorial denunciado agora como uma espécie de força estranha e externa. Como uma chapa de metal pesado, caída sobre vontades e pensamentos que aspiravam à liberdade” (Reis Filho, 2014, p. 7-8).

A unidade política de forças heterogêneas que fora costurada contra a ditadura no fim dos anos 1970 teve que lidar com os aspectos mais sensíveis das memórias traumáticas. Como fazer com que grupos sociais perseguidos e violentados pelos órgãos de repressão marchassem ao lado dos personagens e setores da sociedade até então associados ao regime? Os novos dissidentes tinham um histórico nada orgulhoso de adesismo. Esse problema político tático foi contornado como quase sempre o é, através de uma reorganização das memórias coletivas. Como aponta Reis Filho, “em vez de abrir amplo debate sobre as bases sociais da ditadura, escolheu-se um outro caminho, mais tranquilo e seguro, avaliado politicamente mais eficaz [para o seu combate], o de valorizar versões memoriais apaziguadoras onde todos possam encontrar um lugar” (Reis Filho, 2014, p. 8).

Desde os anos 1980, para a elaboração da conciliação nacional e de um pacto democrático, tendeu a predominar a versão de que a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas, como estava, de fato, acontecendo. (Reis Filho, 2014, p. 8).

Buscando exorcizar a ditadura, a sociedade desprendeuse dela também no campo da memória. Os “amplos movimentos sociais” conservadores que a apoiaram foram “praticamente apagados”. Não podendo aceitar que esta havia sido imposta por forças alienígenas, os civis que assumiram a direção do processo de transição democrática apontaram os militares, “estigmatizados *gorilas*”, como únicos e exclusivos responsáveis pelo passado de arbítrio (Reis Filho, 2004, p. 50, grifo no original). Desta forma, a ditadura parecia deixar de ser obra da sociedade brasileira. Superada, tornou-se preferível demonizá-la, e assim como já ocorreu muitas vezes na história, parte da

sociedade brasileira virou as costas para o passado ditatorial do qual foram cúmplices.

Sem querer identificar-se com a ditadura, até os seus colaboradores apresentaram-se como vítimas e resistentes. “Cada um ao seu modo, todos haviam resistido” (Reis Filho, 2004, p. 46), e assim, a resistência tornou-se a tônica da relação da sociedade com a ditadura. Eis o registro memorialístico que se consolidou, tornando-se hegemônico: “A sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão. Mas resistira. Por diferentes meios e caminhos, inúmeras vezes em silêncio, articulando os mais diferentes setores” (Reis Filho, 2014, p. 8-9). Como complementa Reis Filho, “depois da longa, triste e cruel noite, triunfara a ‘resistência’, para a qual todos e cada um haviam dado a própria contribuição” (Reis Filho, 2014, p. 11).

Entre as vítimas da ditadura, que também atuavam na resistência, encontram-se as esquerdas “reformistas-revolucionárias” e armadas. Alvos privilegiados da repressão e ativas na luta contra a ditadura, não foi difícil para as esquerdas reivindicarem esse lugar, no entanto, Reis Filho, lembrando da posição de ofensividade da agência histórica das esquerdas, questiona a versão memorialística que as identificou como simples vítimas resistentes.

A recuperação histórica que Reis Filho mobiliza contra a memória restituiu a ação radical das esquerdas, que ainda no pré-64, assumiram uma posição ofensiva “reformista-revolucionária”. Sem abdicar de suas pretensões revolucionárias anticapitalistas, parte considerável das forças de esquerda à época apoiaram a realização, mesmo que na marra – ou seja, contra os limites democráticos – de um projeto reformista. Como resultado dessa luta social se deu o golpe de Estado de 1964. Assim, pela análise crítica do historiador, a ação golpista das direitas fora, em alguma medida, uma reação ao conflito político promovido pelas esquerdas. É por sua tendência em “apagar [este] grande embate social” que essas reconstruções memorialísticas fazem desaparecer o radicalismo do projeto reformista revolucionário, permitindo às esquerdas pretearem uma posição de vítimas resistentes do golpe e da ditadura (Reis Filho, 2004, p. 50).

Nesta memória, apagaram-se a radicalização e o confronto propostos pela maré reformista, sobretudo pelos setores mais radicais, desapareceu o ímpeto ofensivo que marcara o movimento pelas reformas de base, evaporou-se o reformismo revolucionário. Neste quadro, as esquerdas, e Jango em particular, ressurgiram como *vítimas* bem-intencionadas, atingidas e perseguidas pelo movimento golpista. A *ameaça revolucionária*, alegariam desde sempre as esquerdas, inexistira na prática, não passara de infelizes declarações retóricas e metafóricas de um punhado de lideranças esquerdistas desavisadas, um *fantasma*, uma espécie de *bicho-papão*, habilmente explorado pelas direitas na manipulação desde profundo sentimento humano, que, posto a serviço da política, pode gerar, segundo as circunstâncias, uma tremenda energia: o medo. (Reis Filho, 2004, p. 40, grifos no original).

Até a luta armada, expressão mais evidente de uma luta ofensiva, é apresentada

pela memória consolidada nos anos 1980 como uma simples e desesperada resistência ao arbítrio ditatorial. Foi por estarem sob “vigilância e acuados pela repressão, sem válvulas de escape, que alguns grupos de esquerda – desesperados e desesperançados – se lançaram à luta armada” (Reis Filho, 2000, p. 8).

Assim, a luta revolucionária contra a ditadura seria reinterpretada como uma forma de resistência ao absoluto fechamento do regime, uma tentativa imposta pela ausência de brechas institucionais que viabilizassem, de algum modo, as lutas democráticas, uma reação desesperada à falta de alternativas. Como se coubesse à ditadura a responsabilidade pela luta armada. (Reis Filho, 2014, p. 8-9).

A compreensão de que a maioria dos agrupamentos revolucionários armados lutavam não exatamente pela retomada das liberdades democráticas, mas pela superação do capitalismo por meio de um processo revolucionário violento que passava pela Ditadura do proletariado, é esmaecida pelas novas condições políticas de enfrentamento ao regime militar nos anos 1980, e assim, uma notável reconstrução memorialística os reapresenta como “uma espécie de braço armado da resistência democrática” (Reis Filho, 2000, p. 8).

Criaram-se assim as condições para que, no interior da luta pela anistia, se operasse uma notável reconstrução: a luta armada ofensiva contra a ditadura militar, com o objetivo de destruir o capitalismo e instaurar uma ditadura revolucionária, ou seja, o projeto revolucionário transmudou-se em resistência democrática contra a ditadura. [As organizações revolucionárias armadas] foram recriadas como alas extremadas da *resistência democrática*. (Reis Filho, 2004, p. 48, grifos no original).

Os vencidos foram finalmente celebrados e, mesmo tendo perdido a luta política, ganharam a batalha das memórias. Nelas se colocaram como vítimas que resistiram ao arbítrio da ditadura, em luta pela democracia, mesmo quando empunharam armas na tentativa de revolucionar a sociedade.

Assumindo a condição do especialista do passado que vem libertar a sociedade da “ditadura da memória”, Reis Filho é implacável com esta. Abre seu artigo denunciando as suas conhecidas “artimanhas”. “Provocada, revela, mas também silencia. Não raro, é arbitrária, oculta evidências relevantes, e se compraz em alterar e modificar acontecimentos e fatos cruciais. Acuada, dissimula, manhosa, ou engana, traiçoeira” (Reis Filho, 2004, p. 29). Historiador, de amplo reconhecimento acadêmico, Reis Filho exerce com esmero a sua função profissional e papel ético: corrige a memória. Faz sem assumi-lo, porém, que em seu trabalho historiográfico ratifica e constitui outras memórias sociais. Aparentemente isento da batalha das memórias, como se fosse um ser externo que arbitra o conflito e dele extrai a verdade histórica sobre o passado, o historiador assume, mesmo sem admiti-lo, um lado nesses conflitos.

Como o trabalho de historiar não está completamente desassociado das memórias coletivas, a sua própria condição de intérprete já o incluiria em torno dos combates pela memória. Não obstante isso, Reis Filho também é um contemporâneo dos fatos que analisa, esposando bem a condição do historiador do tempo presente, aquele que, segundo a definição de Hobsbawm (1995, p. 7), escreve “sobre seu próprio tempo de vida”. Militante de esquerda que se radicalizou politicamente no pré-64, quando ainda era um líder estudantil secundarista, universitário, que deu continuidade a sua vida política, aderindo imediatamente a resistência revolucionária à ditadura, Reis Filho integrou organizações clandestinas de luta armada, conheceu a prisão e o exílio. Um conjunto de experiências que, como muitos de sua geração, o fez abandonar a perspectiva de transformação revolucionária, transmutando-se em um ardoroso defensor da democracia liberal. Participando da luta pela anistia e redemocratização do país, o militante travou as disputas políticas e combates pela memória na época, e como historiador não deixou de enfrentá-las, agora em outros campos.

Questionando certas memórias coletivas que constituíram a imagem das esquerdas como forças democráticas resistentes ao autoritarismo, Reis Filho ratifica as memórias dos grupos sociais formado por liberais moderados que apoiaram o golpe de Estado que depôs o presidente constitucional e conduziram, anos depois, o processo de redemocratização que derrubou a ditadura. Estes, desde sempre, responsabilizaram as esquerdas pelas graves condições sócio-políticas que permitiram o golpe e o recrudescimento da ditadura militar.

Segundo Reis Filho, as esquerdas não reagiram defensivamente ao avanço das forças autoritárias pré e pós 1964, mas, pelo contrário, radicalizaram-se em uma ação ofensiva, inicialmente em favor de um projeto reformista a ser realizado mesmo que na marra, e depois em uma estratégia revolucionária socialista por meio da luta armada. A ação radical das esquerdas enfatizando mais as reformas do que a manutenção da democracia justificou o golpe perpetrado pelas direitas em nome da salvação da democracia ameaçada, e as equivocadas ações armadas nos tempos da ditadura justificaram, por sua vez, o aumento da violência repressiva e a consolidação do terror estatal.

A tese de Reis Filho sobre o papel da sociedade na construção histórica da ditadura também expõe uma explícita adesão à memória liberal. Se o historiador se utiliza de um tom de denúncia para se desfazer da imagem da sociedade-vítima, que também foi utilizada pelos liberais moderados e dissidentes do regime para permitir a unidade oposicionista contra a ditadura durante a luta pela democratização nos anos 1970/80, sua defesa da sociedade-cúmplice tampouco questiona certa visão memorialística hegemônica, pelo contrário, a conserva.

É essa noção de cumplicidade da sociedade que permite a Reis Filho insistir em sua defesa do conceito de ditadura civil-militar. Badaró (2014, p. 88) já apontou que a noção de “civil-militar” de Reis Filho, diferente da de outros autores, como Dreifuss,

“se distancia da ideia de um sentido de classe do regime para defender que se formou um consenso social, entendido como ‘a formação de um acordo de aceitação do regime existente pela sociedade’”.

Embora sua noção de consenso envolva matizes que vão da defesa ativa à impotência conformista, a ideia é que, mais que o papel da repressão (que não é negado), o peso do apoio da sociedade é decisivo para “a sustentação de um regime político, ou para o enfraquecimento de uma eventual luta contra o mesmo”. (Badaró, 2014, p. 88).

Essa conotação terminantemente interclassista da sociedade denota uma clara adesão a noção liberal do conceito. Os conflitos estruturais que formam a sociedade são dispensados ou minimizados diante da ideia de consenso, e assim, os condicionantes de classe parecem possuir pouca relevância para a explicação histórica. A sociedade, como uma abstração conceitual, não pode ser compreendida como uma realidade homogênea. A ideia de uma sociedade vítima do Estado militarizado, denunciada e rechaçada pelo historiador, é tão simplória quanto a da sociedade cúmplice do Estado autoritário que ele apresenta em sua substituição. A sociedade não apoiou a ditadura, assim como não resistiu a ela. Grupos ou setores sociais, mais ou menos conscientes dos seus interesses, a apoiaram ativamente, aderiram e colaboraram, enquanto outros, tomando consciência de suas pretensões divergentes, resistiram. E é desses conflitos que surgiram os traumas e chagas ainda presentes nas memórias coletivas como feridas abertas ou sensíveis cicatrizes. A máquina estatal, controlada por alguns desses setores, foi utilizada como um instrumento de dominação para impor uma política hegemônica por meio da díade coerção e consenso. É óbvio que a ditadura não foi produto de alienígenas, e nem tampouco se sustentou apenas através da ampla violência que praticou. Nenhum regime poderia fazê-lo. Valeu-se também de múltiplas estratégias para construção de consenso. No entanto, essas complexas operações se perdem ou conservam-se secundárias em um olhar genérico que prefere insistir no óbvio: os seres humanos produziram todos os regimes e formas de dominação políticas que os regem, incluindo as ditaduras.

Se afirmar que golpes de Estado e ditaduras são produtos da agência histórica de seres sociais não explica como e por que certas ações golpistas foram executadas e ditaduras foram erigidas e destruídas, responsabilizar a sociedade como um todo por certos eventos é a forma mais fácil de responsabilizar a ninguém, ou justificar tudo. Por isso não é estranho encontrar tais teses presentes entre os discursos memorialísticos de inúmeros colaboracionistas do regime. Destaca-se, por exemplo, o *mea culpa* elaborado pelo editorial de *O Globo* em 2013.

Os gritos ecoados pelas manifestações públicas das jornadas de junho daquele ano de que as organizações Globo haviam apoiado a ditadura, levaram o jornal a admitir o que qualificou de “erro”. Sua resposta à denúncia presente nas ruas expunha, no

entanto, a memória liberal consolidada sobre o período. Lembrando que a intervenção militar que depôs o presidente Goulart fora apoiada também por inúmeros outros jornais da grande imprensa e por uma “parcela importante da população”, haja vista as passeatas organizadas à época nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais, o editorial justificava sua atitude como uma reação de amplo setores sociais contra a crise institucional provocada à época pela radicalização do governo trabalhista e seus apoiadores. “Naqueles instantes, justificavam a intervenção dos militares pelo temor de um outro golpe, a ser desfechado pelo presidente João Goulart, com amplo apoio de sindicatos” (Apoio..., 2013). Esse temor ficava evidente na radicalização promovida pelas esquerdas.

A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de “base” “na lei ou na marra”. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita. Veio, então, o movimento dos sargentos, liderado por marinheiros — Cabo Anselmo à frente —, a hierarquia militar começou a ser quebrada e o oficialato reagiu. (Apoio..., 2013).

Relembrando editorial de Roberto Marinho publicado em 1984 nos 20 anos do golpe (que o jornalista ainda chamava de “Revolução”), o *mea culpa* de *O Globo* salientava a “crença” que o seu dono possuía “de que a intervenção fora imprescindível para a manutenção da democracia e, depois, para conter a irrupção da guerrilha urbana”. Mais uma vez a radicalização das esquerdas (agora através da luta armada) é apresentada como uma ameaça à democracia, salva pelos militares com amplo apoio civil. Explicado como uma reação dos militares e parte da sociedade ao caos social e político produzido pela radicalização das esquerdas, essa memória sobre o golpe de 1964 tem sua versão historiográfica amplamente difundida. Ao mesmo tempo, o apoio civil ao golpe não só é admitido pelo jornal, como usado para justificá-lo. Esse apoio é apresentado, porém, pelas palavras do golpista-ditador Costa e Silva como uma “exigência inelutável do povo brasileiro”. Destituída assim da sua condição de classe, o golpe de Estado deixa de ser um golpe de classe, e ver sua suposta condição revolucionária justificada perante o dono de *O Globo*: “Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários” (Apoio..., 2013).

Marcelo Ridenti (2004) fez importantes ressalvas às formulações de Reis Filho. Na ocasião, alertou que durante o debate nacional em torno dos 40 anos do golpe, o resultado final de sua interpretação histórica gerara “uma incorporação política contrária à intenção original”, pois ao invés de questionar a suposta isenção de amplos setores da sociedade civil em relação à ditadura, na verdade, acabara por conceder argumentos para reforçar a ideologia que isentava esses setores de cumplicidade com o regime, até justificando-a, devido ao reconhecimento da necessidade de livrar a sociedade brasileira dos riscos autoritários dos socialistas revolucionários. No entanto, em sua ponderação

crítica, não identificou exatamente uma relação direta entre essas teses historiográficas e a memória liberal hegemônica sobre o golpe e a ditadura.

Para Ridenti (2004), parte considerável dessa inversão se devia a impropriedade do uso de algumas frases, certa imprudência em realçar alguns aspectos analíticos em detrimento de outros, mas principalmente ao uso indevido das reflexões do historiador pela grande imprensa, ciosa em legitimar a sua própria memória. O uso, em matérias jornalísticas, de trechos, retirados de contexto, da argumentação de relevantes acadêmicos, para corroborar com as versões dos próprios órgãos de imprensa são evidentes, e prática extremamente comum. Elas não são, porém, suficientes para explicar a referência a essas teses historiográficas. A história que Reis Filho busca reconstruir contra certas memórias coletivas ratifica a memória liberal sobre o golpe e a ditadura. E o fato desta ser a memória hegemônica explica a entusiasmada recepção social e política que recebeu, principalmente dos órgãos de comunicação que aproveitaram a oportunidade relacionada às efemérides dos 40 e 50 anos para divulgar, ao seu modo, as versões historiográficas que corroboram, nos elementos essenciais, com as suas memórias.

Notas conclusivas

Se no processo de gestação da história, certas memórias são violadas, outras são ratificadas. Cabe ao leitor crítico das obras historiográficas identificá-las. Uma frase, atribuída a Peter Burke, constantemente citada nas redes sociais, diz que “a função do historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela quer esquecer”. Deixando de lado os problemas relacionados à noção interclassista tão corrente do conceito de sociedade, a frase denota que a história dos historiadores contribui para a produção de memórias (já que faz lembrar). E como se sabe sobre as condições das produções memorialísticas, se o faz lembrar, também faz esquecer. Assim, caberia a pergunta: que memória a sociedade quer esquecer e o historiador quer fazê-la lembrar? E, também, quais memórias que a sociedade insiste em lembrar e os historiadores se esforçam em fazê-la esquecer? As reflexões sobre essas questões tornam a função do historiador mais complexa do que a frase sugere, repondo a luta política no processo de produção de memórias sociais e gestação das teses historiográficas.

Buscando lembrar a sociedade brasileira daquilo que ela quer esquecer, historiadores como Daniel Aarão Reis Filho questionam as memórias apaziguadoras que sustentam a imagem da sociedade vítima resistente, para ratificar outras memórias, aquelas que insistem que a sociedade não resistiu, pelo contrário, foi cúmplice, responsável, cada um ao seu modo, pela ditadura. Incluindo as esquerdas, que invés de democratas resistentes, eram autoritárias radicais. Se as primeiras foram erguidas para servir ao esquecimento da ditadura e ao passado autoritário de alguns grupos sociais, a

quem servem essas (últimas) memórias que os historiadores querem fazer a sociedade brasileira lembrar?

Referências

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BADARÓ, Marcelo. As bases teóricas do revisionismo: o culturalismo e a historiografia brasileira contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra de (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX - 1914-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo,, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 5, v. 10, p. 200-212, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 29-52.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 53-65.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 93-102.

TRAVERSO, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

Recebido em 10/12/2023

Versão final reapresentada em 18/04/2024

Aprovado em 22/04/2024.

Fonte de financiamento: nada a declarar

Conflito de interesses: nada a declarar